

Práticas Integrativas e Complementares na Síndrome Pós-Poliomielite

Você sabe o que significa Práticas Integrativas e Complementares (PICs) em saúde?

As PICs são recursos terapêuticos que buscam a prevenção de doenças e a recuperação da saúde, com ênfase¹:



Fonte: Canva.

na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade;



Fonte: Canva.

no desenvolvimento do vínculo terapêutico;



Fonte: Canva.

na escuta acolhedora.

As PICs têm como objetivo atuar na prevenção, promoção e recuperação de distúrbios relacionados à saúde. Existem hoje 29 PICS oferecidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro¹.

Na Síndrome Pós-Poliomielite (SPP), a dor é um sintoma prevalente e o seu tratamento é ainda incerto. Diante disso, é comum que profissionais procurem técnicas alternativas a fim de promover maior bem-estar ao indivíduo².

Apesar de não terem sido encontrados estudos com uso das PICs na SPP e em doenças neuromusculares, algumas práticas alternativas são utilizadas para situações em que a dor é um sintoma prevalente².



Fonte: Canva.

Práticas Integrativas e Complementares na Síndrome Pós-Poliomielite

As PICs foram institucionalizadas por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC). São alguns exemplos de PICs³:



Medicina Tradicional
Chinesa/Acupuntura



Plantas Medicinais e
Fitoterapia



Terapia de Florais e
Aromaterapia



Biodança e Dança
Circular



Meditação e Yoga



Musicoterapia



Naturopatia,
Osteopatia e
Homeopatia



Quiropraxia



Bioenergética



Ozonioterapia

Fonte: Canva.

Como complementaridade no conjunto de propostas terapêuticas articuladas, podemos levar em consideração o Projeto Terapêutico Singular (PTS), que é realizado em conjunto com a equipe multidisciplinar como ferramenta de cogestão e de compartilhamento de cuidado⁴.



Fonte: Canva.

Práticas Integrativas e Complementares na Síndrome Pós-Poliomielite



Fonte: Canva.

O PTS tem como intuito definir objetivos comuns e estabelecer tarefas correlacionadas e pactuadas em equipe para manter a coordenação do cuidado do indivíduo. Mesmo em situações em que somente intervenções isoladas sejam necessárias, toda a equipe assistencial deve se tornar uma referência no cuidado⁴.

Referências

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Práticas Integrativas e Complementares (PICS). **Ministério da Saúde**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/p/praticas-integrativas-e-complementares-pics-1>.
2. RHEDA, Luiz. Conscientização da Síndrome Pós-pólio é tema de campanha nesta semana. **Alesp**, 2020. Saúde. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=414070>.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006. 92 p.
4. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de ciências da saúde. Curso de especialização multiprofissional na atenção básica – Modalidade a distância. **Processo de trabalho na atenção básica** [recurso eletrônico]. Josimari Telino de Lacerda, Rodrigo Otávio Moretti-Pires (org.). 2. ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

COMO CITAR ESTE MATERIAL

MORAIS, Leticia de Araújo. Práticas Integrativas e Complementares na Síndrome Pós-Poliomielite. In: UNIVERSIDADE ABERTA DO SUS. UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Atenção à Pessoa com Deficiência III: gestão de serviços de reabilitação, atenção à saúde da Pessoa com Estomia, com Lesão Medular, com Síndrome Pós-Poliomielite e comorbidade, estimulação precoce para crianças de zero a três anos com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, ferramentas de gestão do cuidado à Pessoa com Deficiência nos serviços de reabilitação, ferramentas para boas práticas de gestão de órteses, próteses e materiais especiais não cirúrgicos e funcionalidade no processo de avaliação e cuidado em saúde da Pessoa com Deficiência. **Atenção à reabilitação da pessoa com Síndrome Pós-Poliomielite e comorbidades**. São Luís: UNA-SUS; UFMA, 2023.

© 2023. Ministério da Saúde. Sistema Universidade Aberta do SUS. Fundação Oswaldo Cruz & Universidade Federal do Maranhão. É permitida a reprodução, a disseminação e a utilização desta obra, em parte ou em sua totalidade, nos termos da licença para usuário final do Acervo de Recursos Educacionais em Saúde (ARES). Deve ser citada a fonte e é vedada sua utilização comercial, sem a autorização expressa dos seus autores, conforme a Lei de Direitos Autorais – LDA (Lei n.º 9.610, de 19 de fevereiro de 1998).



MINISTÉRIO DA SAÚDE

